

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Uma empresa de mediação imobiliária está a anunciar a venda, por 10 milhões de euros, de um terreno de 311 hectares, junto à praia de Monte Clérigo (concelho de Aljezur), com projeto para três hotéis, 200 moradias, 200 apartamentos, um heliporto e um campo de golfe.

Este terreno encontra-se localizado em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).

O Plano de Ordenamento do PNSACV, ao mesmo tempo que estabelece um conjunto vastíssimo de restrições, imposições e proibições para os usos comuns e tradicionais do espaço e dos recursos por parte das populações locais, abre a possibilidade de implantação de estruturas e empreendimentos imobiliários de grande dimensão, independentemente do impacto que venham a provocar no espaço e nos recursos.

Desta forma, o Plano de Ordenamento do PNSACV procura estimular o abandono do território pela sua ocupação tradicional, afastando as populações locais, para que os grandes grupos económicos o possam explorar em seu benefício.

A posição do PCP não é a de hostilização do investimento no turismo e no setor imobiliário, mas não pode aceitar que se sacrifiquem a conservação da natureza e os direitos das populações, os seus hábitos e meios de subsistência à avidez dos grandes grupos económicos.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, o seguinte:

1. Está prevista a implantação de um empreendimento imobiliário de grande dimensão na zona de Monte Clérigo (concelho de Aljezur), em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina?
2. Qual a avaliação que o Governo faz do impacto ambiental de um empreendimento desta dimensão?

3. Como justifica o Governo que o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, ao mesmo tempo que estabelece um conjunto vastíssimo de restrições, imposições e proibições para os usos comuns e tradicionais do espaço e dos recursos por parte das populações locais, abra a possibilidade de implantação de estruturas e empreendimentos imobiliários de grande dimensão?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 8 de Maio de 2015

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)